

Renda aumenta pela 1ª vez desde 1996

Valor dos ganhos do trabalhador sobe 4,6% em 2005, mas em nove anos perda acumulada ainda é de 15,1%, aponta Pnad

Especialistas creditam avanço à formalização do emprego, à inflação menor e ao reajuste do mínimo; sob Lula, ainda há recuo de 3,36%

ANTÔNIO GOIS
JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DO RIO

Depois de praticamente uma década de perdas sucessivas, a renda do trabalhador brasileiro cresceu em 2005 (4,6%) e chegou a R\$ 805. Trata-se da primeira expansão desde 1996.

Apesar do sinal positivo, o avanço não foi suficiente para compensar as quedas acumuladas, e o rendimento ainda é 15,1% inferior ao verificado em 1996 (R\$ 948). Essa é uma das principais conclusões da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, divulgada ontem pelo IBGE.

Apesar do crescimento em 2005, a renda tem caído a um ritmo anual de 1,12% no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A comparação entre o valor herdado do governo anterior e o de 2005 mostra uma queda de 3,36%. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o ritmo de queda do rendimento foi mais intenso, de 2,71% ao ano. O período foi marcado por crises externas e pela adoção do câmbio flutuante.

O último ciclo de crescimento da renda ocorreu no primeiro mandato de FHC, quando a expansão foi da ordem de 5,39% ao ano, com os efeitos do Plano Real. Em relação à renda herdada do governo Itamar Franco, a primeira gestão de FHC terminou com aumento no rendimento de 29,93%. O cálculo compara a renda de 1998 com a de 1993. A Pnad não foi realizada em 1994, último ano do governo de Itamar.

O resultado da Pnad surpreendeu especialistas em razão do contraste com o crescimento da economia no ano passado, de 2,3%. "Não sabemos se estamos no Haiti, como apontavam os dados do PIB, ou na Índia, como indicam os dados de renda da Pnad", afirmou Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getulio Vargas).

De acordo com dados calculados por Néri a partir dos microdados da Pnad, a renda domiciliar per capita (que inclui as pessoas que não têm renda) cresceu 6,6% em 2005, contra uma expansão de 3,1% em 2004. "O rendimento do trabalho cresceu 4,6%, mas muita gente que não tinha renda nenhuma passou a ter com os programas de transferência de renda, mas o crescimento do trabalho foi muito forte", disse.

Em 2005, o rendimento mé-

dio dos domicílios chegou a R\$ 1.536, contra R\$ 1.462 em 2004. O valor inclui as rendas do trabalho e de outras fontes, como aposentadorias, pensões, aluguéis, aplicações e programas de transferência de renda.

Da última vez em que a renda cresceu no país, o trabalhador ainda se beneficiava dos ganhos de estabilidade proporcionados pelo Plano Real.

Carteira assinada

Segundo especialistas, na prática, a conta passou a incluir menos pessoas com remuneração baixa, o que foi o principal fator a inflar a renda do trabalho em 2005. "O trabalho com carteira assinada cresceu muito e, em geral, tem um nível de remuneração mais alta", disse João Sabóia, diretor do Instituto de Economia da UFRJ.

Em 2005, o crescimento da renda, especialmente entre os mais pobres, foi impulsionado pelo aumento em termos reais de 9,9% do salário mínimo. Além disso, o dólar em baixa ajudou a reduzir os preços dos alimentos, e o índice oficial de inflação, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), recuou para 5,69% no ano, o menor patamar desde 1998.

Para Marcelo de Ávila, economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os dados indicam que a Pnad de 2006 deve mostrar novo crescimento da renda, amparado no aumento dos trabalhadores formais e do salário mínimo.

Desigualdade

A Pnad confirmou a tendência de redução da desigualdade verificada nos últimos anos. O índice de Gini das rendas do trabalho apresentou um ligeiro recuo, de 0,547 para 0,544, o mais baixo desde 1981, no cálculo. O índice varia de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. A concentração de renda não cresce no país desde 1993.

Segundo Néri, o bem-estar social (combinação da renda per capita domiciliar e da desigualdade) cresceu 7,6% em 2005, contra uma expansão de

5,9% em 2004. Apesar disso, o economista classifica a redução da desigualdade de 2005 como “frustrante” porque havia a expectativa de um recuo maior.

“A desigualdade está diminuindo muito lentamente, mas de forma contínua”, afirmou Vandeli Guerra, do IBGE. Todas as classes de renda registraram ganhos pela primeira vez desde 1996. A desigualdade caiu por causa dos ganhos um pouco maior dos mais pobres.

A análise com base na renda mensal de todos os trabalhos mostra que os 50% mais pobres tiveram alta de 6,5% nos rendimentos. Já os 10% mais ricos registraram alta de 4,9%. A mudança na apropriação da renda, no entanto, ainda caminha a passos lentos. Em 2004, os 50% mais pobres detinham 16% da renda total. Em 2005, esse percentual subiu para 16,3%.

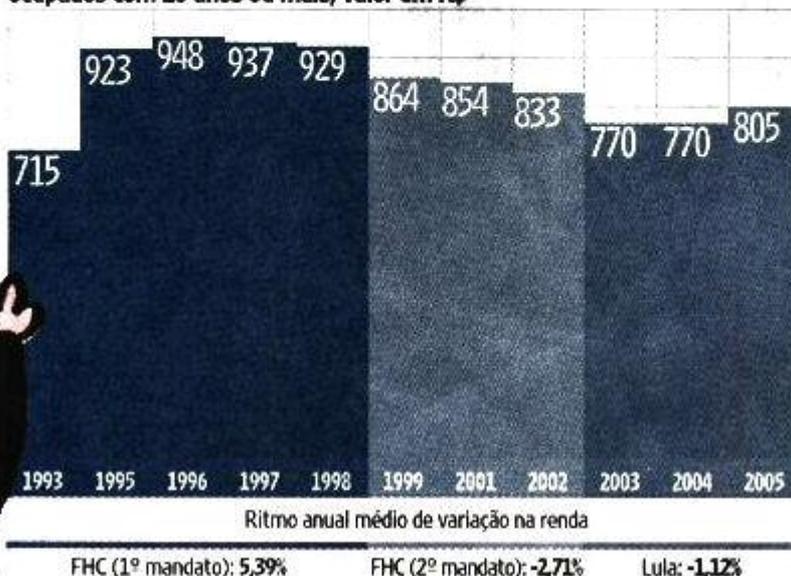
Sob a ótica do rendimento do trabalho, o ganho foi maior na faixa de renda próxima do salário mínimo, com alta de 10,3%. Quando se incluem na conta rendimentos provenientes de pensões ou de programas de transferência de renda, o crescimento da renda é mais intenso entre os 10% mais pobres, com alta de 14,8%.

LEIA MAIS B14 a B19

RENDIMENTO MAIOR, DESIGUALDADE MENOR

Renda cresce 4,6% em 2005

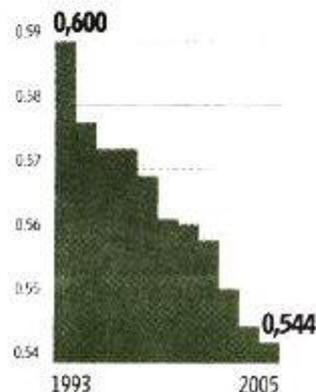
Série de rendimento médio mensal dos trabalhadores ocupados com 10 anos ou mais, valor em R\$



Fonte: PNAO/IBGE

Desigualdade tem ligeira queda em 2005

Índice de Gini de distribuição do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade



5 PONTOS POSITIVOS

- 1) A renda cresceu pela 1ª vez desde 1996
- 2) O índice de Gini vem caindo desde 1993
- 3) O nível de ocupação teve o melhor percentual desde 1996
- 4) Diminuiu o percentual de crianças de 5 e 6 anos fora da escola
- 5) O percentual de domicílios com telefone cresceu

5 PONTOS NEGATIVOS

- 1) A renda ainda é 15,1% inferior à de 1996
- 2) O analfabetismo está caindo em ritmo mais lento
- 3) Subiu o percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola
- 4) Cresceu o percentual de crianças de 5 a 14 anos trabalhando
- 5) 79% dos brasileiros não utilizam a internet



12.2% FOI A TAXA DE **DESOCUPAÇÃO FEMININA** EM 2005, ACIMA DOS...

7.1% REGISTRADOS PELO INDICADOR DE **DESOCUPAÇÃO MASCULINA**

Há mais ocupados, mas desemprego resiste

Total de pessoas ocupadas no país avançou 2,9% em 2005, elevando a taxa de desemprego para 9,4%, o maior nível desde 2003

DA SUCURSAL DO RIO

O número de pessoas ocupadas no país cresceu 2,9% em 2005, o equivalente a mais 2,5 milhões de vagas. A melhora do mercado de trabalho, no entanto, acabou se traduzindo em aumento da taxa de desemprego. Isso ocorre porque, quando há expansão na geração de vagas, aumenta o número de pessoas em busca de trabalho.

Em 2005, a taxa de desemprego subiu para 9,4%, de acordo com a série harmonizada,

que exclui as áreas rurais da região Norte. Trata-se da maior taxa desde 2003.

O principal sinal de avanço no mercado de trabalho no ano passado foi o aumento, pelo segundo ano seguido, do nível de ocupação. O indicador relaciona o total de postos de trabalho com a população de potenciais trabalhadores, ou seja, quem conseguiu emprego em relação ao total da população que poderia estar inserida no mercado de trabalho. O indicador passou de 56,3% em 2004 para 56,8%

em 2005, a maior taxa desde 1995, de acordo com a série harmonizada.

Segundo o IBGE, o crescimento da população ocupada foi significativo porque superou a expansão demográfica da população de dez anos ou mais (2,0%). O movimento foi ditado pelo aumento das mulheres à procura de trabalho.

Segundo o IBGE, os dados da pesquisa confirmam a inserção contínua da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos. O nível de ocupação feminino subiu de 45,6% em 2004 para 46,4% em 2005. Já o nível de ocupação masculino ficou praticamente estável e passou de 68,2% para 68,3%.

Entre as regiões, o Sudeste apresentou a maior taxa de crescimento da população ocupada, com alta de 3,9%, seguido do Nordeste (3,4%). A região Sul apresentou crescimento pouco expressivo, de 0,7%. A região Centro-Oeste teve expansão de 1,7% e a Norte, de 2,3%.

Formalização

Segundo especialistas, o principal aspecto positivo do comportamento do mercado de trabalho foi o aumento da formalização, que teve impactos favoráveis sobre o rendimento.

Os trabalhadores formais registraram crescimento de 5,3%. O número de trabalhadores sem carteira ficou praticamente estável, com alta de 0,1%. Os militares e funcionários públicos apresentaram queda de 1,4%. Os empregados sem registro tiveram alta de 0,1%.

A tendência de formalização atingiu também os trabalhadores domésticos. Eles registraram alta de 4,5% para os que tinham carteira assinada contra 2,3% de expansão para os não registrados.

Segundo João Sabóia, diretor do Instituto de Economia da UFRJ, a melhora do mercado de trabalho tem sido o principal fator responsável pela redução da desigualdade no país. "O rendimento do trabalho é incomparavelmente maior do que o dos programas sociais. A mudança é importante porque ainda somos campeões em desigualdade", disse.

Para Marcelo Néri, da FGV, os ganhos atuais da economia podem ser permanentes por conta do crescimento da renda do trabalho. "Isso é mais interessante do que a transferência de renda do governo porque confere maior sustentabilidade à economia", disse.

Previdência ganha

O crescimento do trabalho

formal levou também ao aumento no número de contribuintes para a Previdência Social. O total de contribuintes da população ocupada passou de 47% em 2004 para 47,8% em 2005, a maior proporção desde o início da década de 1990.

Entre as regiões, o Sudeste tem a maior proporção de trabalhadores que contribuem para a Previdência (58,8%) em razão da concentração do percentual mais alto de empregados registrados. As regiões com menores percentuais de contribuintes foram a Nordeste (28,7%) e a Norte (33,6%).

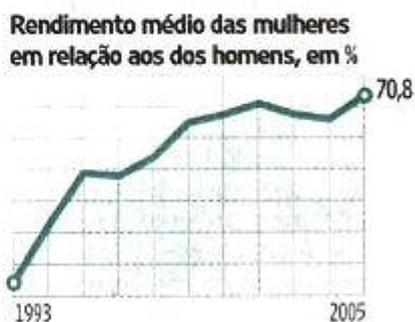
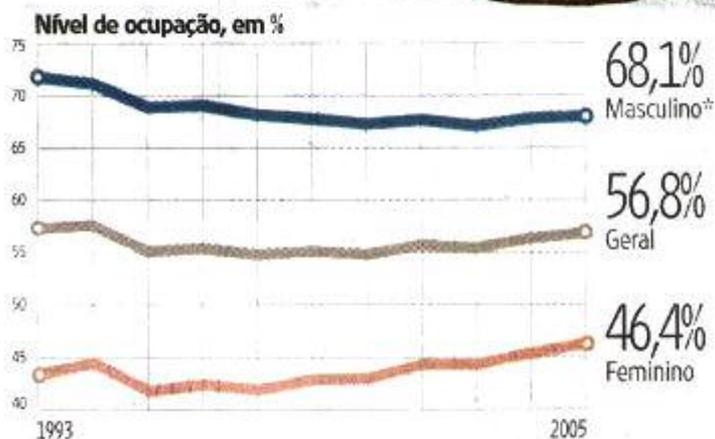
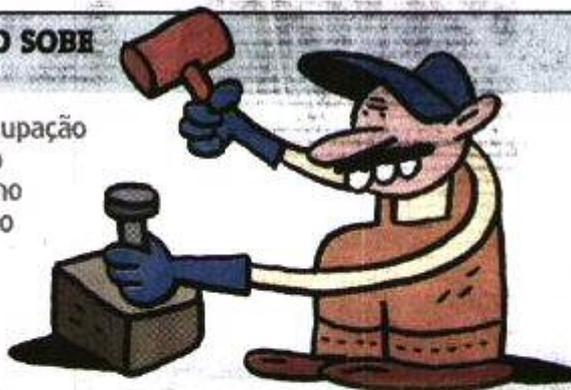
A pesquisa mostra que o mercado está exigindo maior grau de instrução para contratar. Segundo a pesquisa, o número médio de anos de estudo da população ocupada chegou a 7,5 anos. Em 1995, o número médio de anos de estudo era de 5,7 anos.

Em termos percentuais, o maior aumento de pessoas ocupadas ocorreu na categoria de trabalhadores na produção para o próprio consumo (15,0%) e de construção para uso próprio (23,0%), mas elas representam uma parcela mínima da população ocupada.

O número de empregadores cresceu 5,9%, o de empregados, 2,8%, e o de trabalhadores domésticos, 2,9%.

EMPREGO SOBE

Nível de ocupação cresce pelo segundo ano consecutivo



*Dado não inclui área rural da região Norte

Fonte: Phad/IBGE

Participação da mulher no mercado cresce

DA SUCURSAL DO RIO

A Pnad confirma que as mulheres estão aumentando sua participação no mercado de trabalho. A população ocupada aumentou em cerca de 2,5 milhões de pessoas. Desse total, 52% eram mulheres.

A receita de expansão feminina no mercado de trabalho inclui aumento do grau de instrução e redução no número de filhos. Apesar disso, as vagas ainda apresentam remuneração inferior.

“A evolução feminina é forte e está impulsionando o aumento da ocupação”, afirmou Vandeli Guerra, analista do IBGE.

A educação ainda não se traduziu em melhora no rendimento. Em 2005, as mulheres recebiam o equivalente a 70,8% do rendimento masculino.

Para Marcelo de Ávila, economista do Ipea, as mulheres deverão no futuro equiparar seus rendimentos ao recebido pelos homens. “Se a participação das mulheres conti-

nuar crescendo, elas vão conseguir igualar o rendimento.”

Segundo a pesquisa, as mulheres ocupadas tinham em média 8 anos de estudo. Entre os homens, o total de anos de estudo era de 7,1. A distribuição da população ocupada confirma que a inserção da mulher no mercado de trabalho está relacionada ao maior grau de instrução. Entre a população ocupada masculina, 29,8% tinham mais de 11 anos de estudo, ou seja, no mínimo concluíram o ensino médio. Para as mulheres, essa fatia sobe para 40,6%.

O sinal de que as mulheres estão ganhando espaço no mercado é o nível de ocupação, que mede a relação entre o número de pessoas ocupadas e o total de trabalhadores em potencial, pessoas de 10 anos ou mais em idade ativa. Desde 1998, esse índice mantém uma trajetória de crescimento e em 2005 atingiu o maior patamar da série.

+ saiba mais

Pesquisa só perde em tamanho para o Censo

DASUCURSALDORIO

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) é a mais importante pesquisa anual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em tamanho, sua amostra só não é superior à do Censo Demográfico, que, por ter um custo muito elevado para sua execução, é realizado somente de dez em dez anos.

Além de pesquisar dados de trabalho e renda de todo o Brasil — e não apenas das regiões metropolitanas, como faz, por exemplo, a Pesquisa Mensal de Emprego —, a Pnad traz ainda informações sobre indicadores sociais como educação, fecundidade ou acesso a bens e serviços.

Até 2003, não eram pesquisadas, por razões de limitação orçamentária, as áreas rurais de alguns Estados da região Norte. Desde 2004, no entanto, a pesquisa passou a

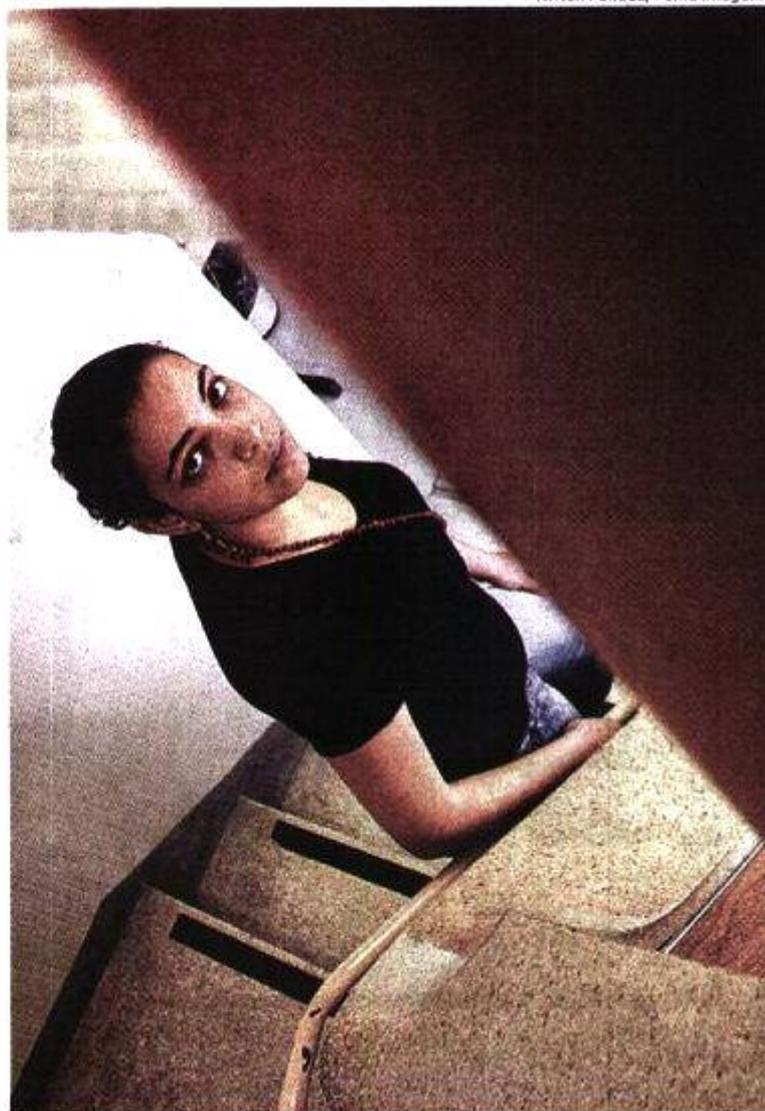
representar todo o Brasil. É por isso que, ao comparar dados de 2005 com anos anteriores a 2004, é preciso sempre excluir as áreas que não eram pesquisadas até então.

O número de pessoas entrevistadas no ano passado foi de 408.148. Isso permite que a pesquisa tenha uma margem de erro muito inferior às que existem, por exemplo, em pesquisas de opinião, que são feitas geralmente com grupos que variam entre 2.000 e 3.000 entrevistados.

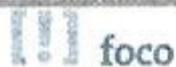
Para indicadores que digam respeito a uma estimativa de mais de 10 milhões de pessoas, a margem de erro da pesquisa é sempre inferior a 1%. Essa margem só fica maior do que 5% quando o universo retratado é inferior a 300 mil habitantes.

A cada ano, o IBGE inclui na Pnad também um suplemento especial, com um assunto a ser mais detalhado na pesquisa. No ano passado, foram pesquisados os efeitos de programas de transferência de renda. Neste ano, os temas adicionais foram uso de internet e de celular.

Nilton Fukuda/Folha Imagem



Renata de Souza, recepcionista em uma fábrica de tubos em SP



Ex-vendedora acha que trabalho feminino está sendo mais valorizado

ÁLVARO FAGUNDES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Para Renata Carvalho de Souza, 22, foi "muito pouco" o tempo em que ela ficou desempregada. Trabalhando como recepcionista em uma fábrica de tubos de São Paulo, ela afirma que a mulher está sendo mais valorizada no mercado de trabalho.

"Pelo que eu vejo aqui na fábrica, eles consideram que as mulheres se esforçam mais", diz Souza, que trabalhou durante quatro anos como vendedora.

Mas, na opinião dela, nem sempre foi assim. Antes havia muito preconceito, afirma. "Os homens tinham medo de a mulher ganhar mais, de se tornar independente."

Já a operadora de caixa Marta de Campos, 28, considera que o preconceito ainda não acabou. "Dependendo do

cargo, se o salário for mais alto, ainda há uma preferência pelos homens", disse a funcionária, que, depois de ficar 15 dias sem emprego, trabalha em uma casa lotérica da capital paulista.

Filha de uma dona-de-casa e de um aposentado, Souza conta que, entre seus amigos, homens e mulheres têm dificuldades parecidas na hora de encontrar trabalho, com uma leve vantagem para elas. Todas suas amigas, diz, estão empregadas, mas há "uns dois amigos que estão em casa". O irmão dela, de 32 anos, nunca ficou desempregado.

Além do trabalho como recepcionista, ela está no primeiro semestre da faculdade de moda. Para o futuro, ela planeja ter uma empresa de confecção. "Eu sonho em participar do São Paulo Fashion Week."

**ANALFABETISMO
CAI, MAS RITMO
DE REDUÇÃO DA
TAXA É MENOR** Pág. B15

2,6% DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS ESTÃO FORÁ DA ESCOLA, ENQUANTO...

18% DOS ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS ESTÃO NA MESMA CONDIÇÃO

Redução do analfabetismo e acesso à escola regridem

Pnad mostra pequeno aumento no número de brasileiros de 15 a 17 anos fora da escola

Ministério da Educação diz que foco da alfabetização agora está nos mais excluídos e que espera ter mais fundos para escolas

DA SUCURSAL DORIO

O Brasil continua vencendo algumas batalhas educacionais importantes, como a universalização do ensino de 7 a 14 anos e o aumento da escolarização de 5 e 6 anos, mas dá sinais preocupantes de estagnação no acesso de jovens à escola e na redução do analfabetismo.

A Pnad indica que, pelo segundo ano consecutivo, há um pequeno aumento no percentual de brasileiros de 15 a 17 anos que não estudavam. Ele vinha caindo desde 1993, quando estava em 38,1%, até 2003, quando chegou a 17,6%. De lá para cá, no entanto, a taxa aumentou 0,2 ponto percentual por duas vezes consecutivas, chegando 18,0% em 2005.

Isso significa que, no ano passado, 1,9 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos não estudavam. É praticamente o mesmo contingente de 2002.

Para o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, esse indica-

dor, somado ao fato de que 30% dos jovens trabalham, mostra que é preciso discutir formas de manter o jovem na escola com alguma ajuda financeira. "O trabalho de 15 a 17 anos é de baixa remuneração. Esse jovem está deixando de estudar e melhorar sua inserção no mercado de trabalho no futuro."

Jorge Werthein, assessor especial da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos), concorda com Nunes e acrescenta que a escola também não está conseguindo ser um ambiente mais agradável.

"Essa população jovem hoje é a mais vulnerável, mas a escola não está conseguindo retê-la. É preciso melhorar a escola e dar estímulo econômico para que o jovem não a troque pelo trabalho".

Outra preocupação que a Pnad traz na educação é que o analfabetismo está caindo em ritmo mais lento. O PT assumiu o governo em 2003 com a promessa de erradicar o analfabetismo adulto alfabetizando 20 milhões de brasileiros. O indicador de 2005, no entanto, mostra que essa será uma promessa de campanha que não será cumprida. Lula herdou de FHC em 2002 uma taxa de 11,8% e um número total de

analfabetos com mais de 15 anos de idade de 14,8 milhões. Três anos depois, a taxa caiu para 10,9% e o número se reduziu em apenas 213 mil.

A comparação do ritmo de queda anual da taxa nos governos mostra também que, na gestão Lula, a proporção de analfabetos caiu num ritmo menor do que sob FHC.

No primeiro mandato de FHC, o analfabetismo caiu num ritmo de 3,5% ao ano. No segundo, 3,8% ao ano. Nos três primeiros anos de Lula, a taxa caiu, em média, 2,6% ao ano.

Ministro de FHC, Paulo Renato Souza critica o atual governo por não ter, segundo ele, dado continuidade às ações do Alfabetização Solidária.

Para Werthein, é correta a estratégia do governo de, desde 2005, tentar focar o trabalho de combate ao analfabetismo nas populações mais excluídas.

MEC

Por meio de sua assessoria, o Ministério da Educação disse que mudou sua estratégia de combate ao perceber que o programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003, atingia principalmente o analfabeto funcional (com sérias dificuldades de leitura e escrita), mas não chegava ao analfabeto absoluto, ou seja, aquele que não sabe ler

nem escrever.

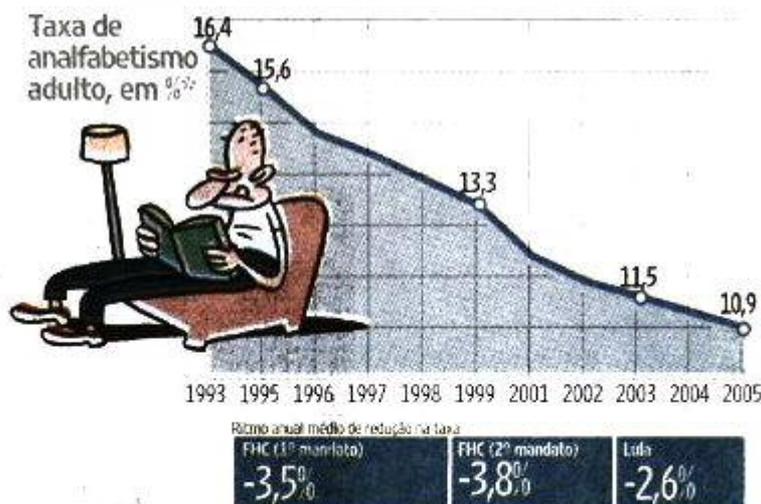
Ainda de acordo com a assessoria, foi essa a razão que levou o MEC a redesenhar o programa privilegiando linhas de financiamento para projetos que combatam o analfabetismo em bolsões de pobreza, como co-

munidades quilombolas, catadores de lixo ou presos.

Sobre a evasão escolar de 15 a 17 anos, o MEC diz que um dos instrumentos que pretende usar para reverter o quadro de evasão escolar é o Fundeb, ainda em discussão no Congresso.

O Fundeb substitui o Fundef, em vigor atualmente e restrito ao ensino fundamental. Ele colocará novos recursos de municípios, Estados e União também no financiamento da educação infantil (até cinco anos) e do ensino médio (15 a 17).

ANALFABETISMO REDUZ RITMO DE QUEDA



¹ Da população de 15 anos e mais. Obs.: Foi comparada a situação herdada do governo anterior (portanto no último ano disponível na Prad antes da posse) com o fim do mandato. Com isso, para o primeiro mandato do governo FHC, a base de comparação é de 1993 a 1998, já que não houve Prad em 1994. Para o segundo mandato, a base é de 1998 a 2002. Para o governo Lula, a base é de 2002 a 2005. Em 2000 também não foi realizada Prad. Fonte: Prad/IBGE.



70,4% DAS CASAS TINHAM ACESSO À REDE DE ESGOTO EM 2005, E...

97,7% DOS DOMICÍLIOS ESTAVAM LIGADOS À REDE DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

Após 13 anos, trabalho infantil aumenta

Em 2005, 11,8% da população de 5 a 17 anos estava ocupada, ante 11,4% no ano anterior; faixa até 14 anos puxa elevação

Segundo IBGE, crise na agricultura explica fenômeno, pois famílias usam mão-de-obra de crianças para a subsistência

DA SUCURSAL DO RIO

De 2004 para 2005, 202 mil crianças de 5 a 14 anos passaram a trabalhar no Brasil. Nesse período, elas tomaram parte do contingente de 2 milhões de brasileiros que, nessa faixa etária, têm que conciliar estudo e trabalho ou abandonaram a escola para complementar a renda da família. São, segundo o IBGE, em sua maioria filhos de agricultores que foram afetados pela crise no setor e passaram a trabalhar em atividades não-remuneradas ou para o próprio consumo.

Foi o aumento do trabalho nessa faixa etária abaixo de 14 anos que levou o percentual de jovens e crianças trabalhando a crescer pela primeira vez desde 1992. Considerando toda a população de 5 a 17 anos, 11,8% dela estava ocupada em 2005, percentual 0,4 ponto maior do que o verificado no ano anterior. Em 1992, esse percentual

chegava a 19,6%.

Olhando apenas para a faixa etária de 5 a 9 anos, o IBGE constatou que 1,6% dessas crianças trabalhavam. A imensa maioria delas (91,3%) estava em atividades não remuneradas ou de agricultura de subsistência. Na faixa de 10 a 14, uma em cada dez (10,3%) crianças trabalhava, também, em sua maioria (71,2%), em agricultura de subsistência ou atividades sem remuneração. De 15 a 17, o percentual de trabalhadores aumenta para 30,3%, mas a maioria (67%) desses trabalhadores jovens já aparece em atividades remuneradas.

Os técnicos do IBGE classificaram esse aumento no trabalho infantil como significativo, mas explicam que ele está diretamente ligado à crise no setor agrícola. "A maioria dos trabalhadores nessa faixa até 14 anos está em atividades agrícolas. No momento em que esse setor enfrenta problemas, muitas famílias passam a usar mais mão-de-obra infantil para aumentar sua produção para o próprio consumo", explica Vandeli Guerra, do IBGE.

Pedro Américo de Oliveira, coordenador nacional do Pro-

grama Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT (Organização Internacional do Trabalho), diz que o aumento do trabalho infantil é preocupante: "O Brasil virou referência no combate ao trabalho infantil ao conseguir reduzir, desde 1992, o percentual de crianças trabalhando, mesmo em situações em que houve piora das condições econômicas. Como explicar que agora, quando a renda melhora, o trabalho infantil aumente?".

Bolsa-Família e Peti

Para ele, é preciso discutir as estratégias dos programas Bolsa-Família e Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Ele chama a atenção para o fato de o Bolsa-Família poder gerar um rendimento maior para a família do que o Peti. O Peti, no entanto, tem um enfoque mais específico no combate ao trabalho infantil.

“Como os programas não podem ser complementados, uma família com crianças em idade escolar na área rural vai preferir receber R\$ 95 do Bolsa-Família a R\$ 75 do Peti. O Bolsa-Família, no entanto, não tem exigência de que, no contraturno escolar, a criança esteja em atividades extracurriculares, ou seja, longe do trabalho, como faz o Peti”, diz Oliveira.

Outro ponto que ele levanta e que dificulta a fiscalização dessa forma de trabalho é que quase todo o trabalho infantil até 14 anos acontece em atividades informais ou dentro da família, o que dificulta a fiscalização pelos órgãos públicos. “Não são setores fáceis de fiscalizar.”

TRABALHO INFANTIL

10% da população de 10 a 14 anos trabalha. População ocupada em % do total de cada faixa etária



2% foi o ritmo médio anual de redução do trabalho de 5 a 17 anos no governo Lula



2,8% foi o ritmo médio anual de redução do trabalho de 10 a 14 anos no governo Lula

Operação no interior de São Paulo flagra menores a caminho de lavouras

JORGE SOUFEN JR
DA FOLHA RIBEIRÃO

Operação conjunta do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, com apoio da Polícia Federal, flagrou ontem 15 menores, entre 8 e 15 anos, que esperavam transporte rural para trabalhar em lavouras de cebola, cenoura e feijão no município de Itobi (a 248 km de São Paulo).

O estudante Rafael (nome fictício), 14, foi um dos abordados pela operação. Ele estava sentado na beira da calçada, por volta das 6h15, esperando ônibus para trabalhar em lavoura de cebola.

"A gente só vai quando não tem aula", disse o garoto —ontem foi feriado municipal em Itobi. Ele disse ganhar cerca de R\$ 30 por dia de trabalho. "Gosto mesmo é de jogar bola. Sou goleiro."

Um garoto de 13 anos tentou fugir da fiscalização e chorou ao ser abordado pelos fiscais. Ele também iria trabalhar em plantação de cebola. "O dinheiro ajuda minha família", disse.

O subdelegado do Trabalho de São Carlos, Antonio

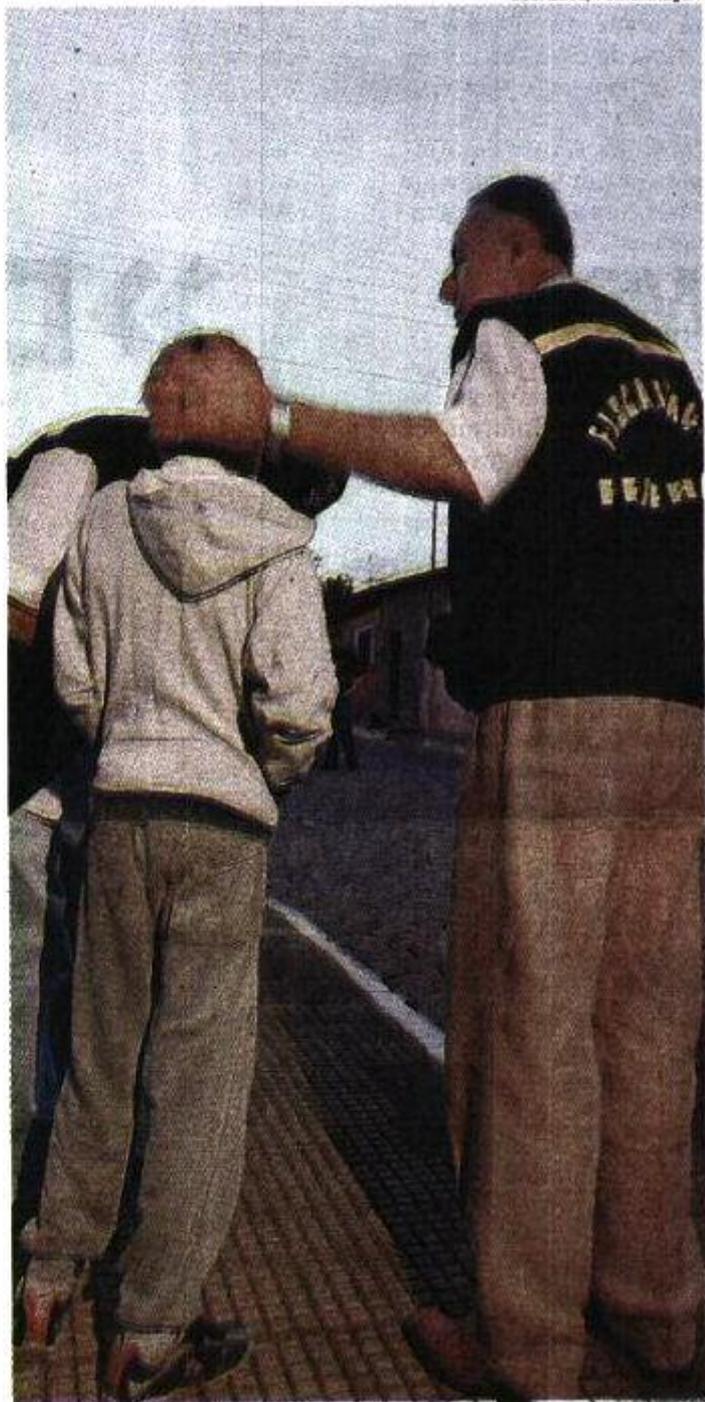
Valério Morilas Junior, afirmou que recebeu denúncias de que o trabalho infantil é constante nas lavouras e disse que novas fiscalizações serão feitas. "É triste ainda encontrar esses casos no Estado de São Paulo."

O diretor-secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, Gilson Donizete do Lago, disse que a mão-de-obra infantil ainda é comum na região. "Em uma fazenda a que fomos ontem [anteontem], das 40 pessoas que trabalhavam, 8 eram crianças", afirmou.

Os irmãos Luiz Fabiano Pereira e Leonardo Pereira, responsáveis pelo transporte de parte dos trabalhadores, serão multados em R\$ 402 por menor encontrado pela operação —no total, R\$ 6.030. O Ministério Público será informado para apurar a responsabilidade criminal e civil dos agenciadores e dos pais dos garotos.

Ontem mesmo, os dois agenciadores firmaram um acordo com o Ministério Público do Trabalho. Eles se comprometeram a não transportar mais os menores para as lavouras.

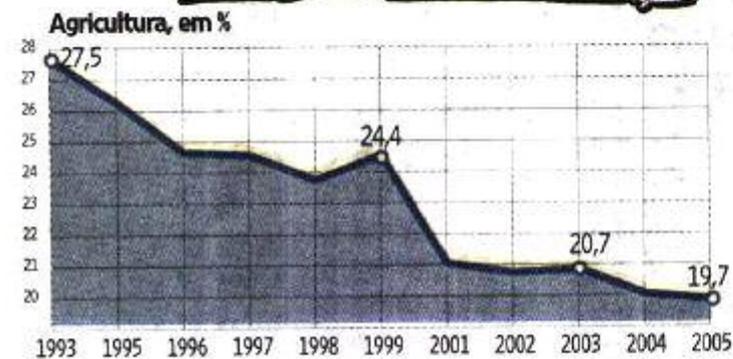
Joel Silva/Folha Imagem



Fiscais com menor que atuava em lavoura no interior de SP

CAI A OCUPAÇÃO EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais segundo o ramo de atividade



Fonte: Prod/IBGE

Mais pessoas trabalham para o consumo próprio na agricultura

DA SUCURSAL DO RIO

A retração na agricultura em 2005 teve impacto negativo para o emprego no setor. O número de pessoas que trabalham para consumo próprio cresceu 15,05% em relação a 2004.

Segundo o IBGE, essas pessoas costumavam manter uma lavoura para consumo próprio e trabalhar em outros locais. Com o desempenho negativo da agricultura em 2005, ficaram apenas com o trabalho relacionado ao consumo familiar.

A mudança teve impacto também no trabalho infantil. Usualmente ele emprega familiares próximos, inclusive os filhos, e parte do crescimento do trabalho infantil em 2005 pode ser creditado a esse cenário. O número de crianças ocupadas de 5 a 14 anos cresceu 10,3% em relação a 2004.

O trabalho para consumo próprio ganhou peso no setor agrícola e sua participação na população ocupada no setor passou de 19,1% em 2004 para 21,9% no ano seguinte. Em compensação, a participação dos trabalhadores não-remunerados recuou de 24% para 22,5% no período. Os trabalhadores por conta própria também tiveram uma participação menor: 25% em 2005, uma queda de 1,2 ponto percentual.

Apesar do cenário desfavorável para o setor, a proporção de

pessoas com carteira de trabalho assinada entre os empregados em atividade agrícola passou de 31,7% para 32,1%.

Para Luciano Carvalho, do departamento econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o emprego agrícola em 2005 teve o pior desempenho dos últimos quatro anos. "Fechamos o ano com saldo negativo, com demissões de trabalhadores temporários e fixos. Neste ano, o quadro está se repetindo."

A receita de desaceleração do setor é composta pelo dólar desvalorizado, pelo custo de produção elevado e pelos preços de commodities em queda. "A renda derivada do preço das commodities, a supervalorização do real e a seca no Sul derubaram a rentabilidade do setor", afirmou Carvalho.

Segundo dados da CNA, o PIB do agronegócio registrou queda de 4,66% no ano passado na comparação com 2004. De acordo com Carvalho, o que está por trás dos preços baixos para o consumidor dos alimentos é o aumento do desemprego no setor. "O problema agora não é mais levar gente para o campo, mas gerar renda lá. A situação atual é anacrônica: os preços para o consumidor estão em queda, porém os produtores estão reduzindo a tecnologia, a produtividade e o emprego", disse.

outro lado

Para governo, atividade no campo é causa

LUCIANA CONSTANTINO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O possível aquecimento da atividade no campo, por meio da agricultura familiar, é uma das hipóteses apontadas para explicar o aumento do trabalho infantil registrado pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2005.

A análise é do secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, Rômulo Paes de Sousa. Segundo ele, o governo federal vinha detectando a necessidade de estudar melhor o trabalho infantil no país, por isso o IBGE fará na próxima Pnad um suplemento específico sobre o tema.

Ao ser questionado se o governo foi pego de surpresa, Sousa negou. "Essa questão já estava no nosso radar. Precisamos de um

instrumento para entender melhor os dados de trabalho infantil. Teremos um módulo específico para isso em 2006."

Para o secretário, a Pnad não traz informações suficientes sobre o trabalho de meninas nem de menores de dez anos, o que precisa ser mais analisado.

Já a secretária nacional de Assistência Social do ministério, Ana Lígia Gomes, diz que o governo federal pretende universalizar o atendimento a crianças e adolescentes encontrados no trabalho infantil, chegando a cerca de 2,7 milhões de beneficiados.

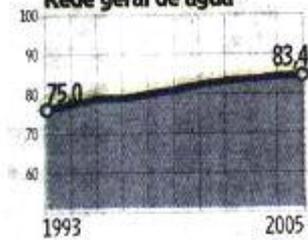
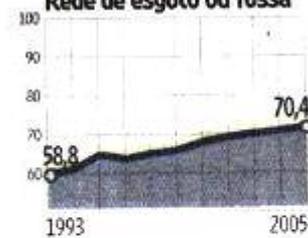
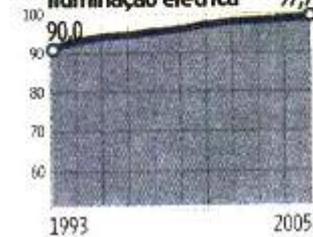
Hoje, o governo atende a 1,097 milhão de crianças e jovens por meio do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que, além de dar uma bolsa à família, repassa recursos para investimento em programas complementares (jornada ampliada).

VIDA BRASILEIRA

Melhora condição dos domicílios brasileiros



**DOMICÍLIOS COM O SERVIÇO
A CADA ANO, EM %**

Rede geral de água**Rede de esgoto ou fossa****Iluminação elétrica**

Fonte: Procel/IBGE

PNAD

RESIDÊNCIAS SÓ COM
CELULAR SUPERAM
AS QUE TÊM APENAS
TELEFONE FIXO Pág. B19

82% DA POPULAÇÃO MAIS RICA UTILIZA O TELEFONE CÉLULAR, CONTRA APENAS...

10% DAS CLASSES MAIS POBRES QUE TÊM ACESSO A ESSE APARELHO

Mais de 120 milhões não utilizam internet

Quase 80% da população com mais de dez anos não acessou a rede de computadores nos 3 meses anteriores à pesquisa do IBGE

Nos domicílios com renda mensal maior, 70% usam a web; nos mais pobres, porém, percentual cai para apenas 3% dos brasileiros

DA SUCURSAL DO RIO

Em plena era digital, um contingente de mais de 120 milhões de brasileiros não usa a internet, a rede mundial de computadores. Eles representam 79% da população com mais de dez anos de idade que, de acordo com o IBGE, não acessou nenhuma vez à rede nos últimos três meses.

Como era de esperar em um país com altos índices de desigualdade, o acesso varia significativamente de acordo com renda ou escolaridade. No maior extremo de renda pesquisado (domicílios com renda mensal per capita superior a cinco salários mínimos), 69,5% dos brasileiros usavam. No ex-

tremo oposto (renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo), esse mesmo percentual era de apenas 3%.

O acesso cresce de acordo com a renda, mas mesmo em faixas de renda intermediárias, como na de dois a três salários mínimos per capita, ele ainda é restrito a uma minoria (42%) de brasileiros.

O mesmo fenômeno acontece quando é analisado o acesso de acordo com o grau de escolaridade. No menor extremo de instrução (menos de quatro anos de estudo), somente 2,5% acessavam a internet. No extremo oposto (os que completaram ao menos o ensino médio), essa proporção chega a 76,2%.

Esta é a primeira vez em que o instituto analisa o acesso à internet pelas pessoas, e não apenas sua presença nos domicílios. A situação de acesso nos domicílios vem aumentando constantemente desde 2001, mas continua em patamares

muito baixos. No início da década, 8,6% de residências possuíam computadores conectados. Em 2005, esse percentual chegou a 13,9%.

Analisando por unidade da Federação, a que apresentava maior percentual de sua população com acesso regular à internet era o Distrito Federal, com 41,2% usando a rede. O menor percentual foi encontrado em Alagoas (7,2%) e no Maranhão (7,1%).

Além de restrito ainda a uma minoria de maior poder aquisitivo, o acesso à internet varia muito também de acordo com a idade. Quanto mais jovem, maior a probabilidade de um brasileiro ter feito uso da rede nos últimos três meses de casa, do trabalho, da escola ou de qualquer outro ponto.

Os maiores percentuais de acesso foram encontrados na faixa etária de 15 a 17 anos, com 33,9% da população usando a rede. De 18 a 24 anos, a propor-

ção continua acima de 30%, mas passa a cair gradualmente de acordo com a idade, chegando a apenas 3,3% da população acima de 60 anos.

Apartheid

Para Rodrigo Baggio, diretor-executivo do Comitê pela Democratização da Informática — organização não-governamental que mantém 891 escolas de informática e cidadania no Brasil e em nove países —, os dados do IBGE revelam um apartheid digital.

“Há uma legião de excluídos à margem da sociedade do conhecimento. É um cenário extremamente preocupante, principalmente quando comparamos nossa situação com a de outros países, já que hoje o uso da tecnologia é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade”, diz Baggio.

Para ele, para reverter essa

situação, é preciso investir na melhoria de infra-estrutura de acesso à internet em municípios pequenos, na capacitação de pessoas de baixa renda em informática e cidadania e na disseminação de pontos públicos de acesso.

Investimentos

Para o presidente da Abranet (Associação Brasileira dos Pro-

vedores de Acesso), Antônio Tavares, faltam investimentos em educação, não só para crianças como também para adultos para acelerar o ritmo de expansão da internet no país.

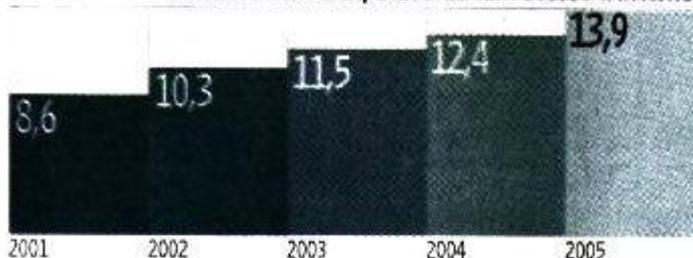
"A internet precisa crescer de forma útil e não apenas como entretenimento, como se vê muitas vezes nas classes A e B, e, para isso, é preciso investir na inclusão digital."

ACESSO À INTERNET

Só 21% da população tem acesso à rede



Percentual de domicílios com computadores com acesso à internet



Pessoas que usaram a internet nos três meses anteriores ao período de referência, em %

Por anos de estudo

Total	21
4 a 7 anos	10,1
8 a 10 anos	22,6
11 a 14 anos	42,8
15 anos ou mais	76,2

Homens (%)

10 a 14 anos	23,6
15 a 17 anos	33,2
18 e 19 anos	31,9
20 a 24 anos	30,1
25 a 29 anos	27,6
30 a 39 anos	22,3
40 a 49 anos	19,3
50 a 59 anos	14,4
60 anos ou mais	4,7

Por classes de rendimento (mensal per capita) (%)

Mais de 1/2 a 1 s.m.*	11,6
Mais de 1 a 2 s.m.	24,9
Mais de 2 a 3 s.m.	42,0
Mais de 3 a 5 s.m.	55,2
Mais de 5 s.m.	69,5

Mulheres (%)

10 a 14 anos	25,3
15 a 17 anos	34,6
18 e 19 anos	33,9
20 a 24 anos	32,1
25 a 29 anos	26,7
30 a 39 anos	20,4
40 a 49 anos	15,9
50 a 59 anos	9,6
60 anos ou mais	2,1

* s.m. salário mínimo

Fonte: Proad/BCE

Celular está em 24% das casas; fixo, só em 13%

DA SUCURSAL DO RIO

Pela primeira vez desde que o IBGE passou a pesquisar na Pnad a presença de celulares, o número de domicílios que utilizam apenas esses aparelhos superou aqueles onde havia somente telefone fixo.

Essa tendência já era prevista, pois o percentual de domicílios somente com celular, hoje em 23,6%, vem aumentando ano a ano desde 2001. Enquanto isso, a proporção de residências apenas com telefone fixo, hoje em 12,5%, apresentava tendência inversa.

O IBGE pesquisou também pela primeira vez o acesso dos brasileiros a celulares para uso pessoal e não apenas a presença desse aparelho nos domicílios. Em 2005, 36,7% dos brasileiros com mais de dez anos de idade usavam celular. Esse uso pessoal, porém, varia muito de acordo com a renda.

Em domicílios com renda média mensal per capita superior a cinco salários mínimos (R\$ 1.750), o acesso a celular para uso pessoal é quase universalizado, já que 82,1% dos brasileiros com mais de dez anos de idade nessas famílias tinham seu próprio aparelho. No outro extremo (domicílios com menos de um quarto do salário mínimo per capita), esse percentual era só de 9,2%.

Esse dado pode indicar que, em muitas famílias mais pobres, há um único celular para ser dividido entre todos os moradores. Nas famílias

mais ricas, além do telefone fixo, há praticamente um celular para cada morador.

Segundo o presidente executivo da Acel (Associação Nacional das Operadoras de Celulares), Ércio Zilli, a troca do fixo por celular é uma tendência mundial. "A comunicação de voz está migrando para a telefonia móvel. A aplicação fixa residencial vai acabar evoluindo para outro tipo de comunicação, como a banda larga."

Segundo ele, existem hoje no país 93 milhões de linhas habilitadas, o equivalente a uma linha para cada dois brasileiros. Desse total, 80% são telefones pré-pagos, os mais populares entre as pessoas de renda mais baixa.

Para o executivo, o custo é um dos fatores associados à troca de linhas fixas por móveis. "Mesmo depois que acaba o prazo do cartão pré-pago, a pessoa não perde a possibilidade de ser localizada, embora não consiga mais fazer chamadas", disse.

A esteticista Débora Canto, 39, é um exemplo dessa tendência. Até 2004, ela tinha um telefone fixo em casa. Desistiu do aparelho quando começou a se estressar com a empresa de telefonia fixa ao tentar negociar uma dívida. "Eles não ofereciam facilidade nenhuma. Também não faziam nenhuma promoção ou desconto especial para quem, como eu, usa muito o telefone para falar com outros Estados."

Ela diz que não se arrependeu de ter trocado o fixo da casa por três celulares pré-pagos usados hoje por ela e pelos dois filhos. "Aproveito todas as promoções da operadora. Meu filho usa o celular da mesma operadora e posso falar de graça com ele."



Nas classes média e alta, uso intensivo da web pelos jovens preocupa os pais

DA SUCURSAL DORIO

O uso intensivo da internet por parte dos jovens faz parte do perfil das famílias de classe média ou alta no Brasil. A analista de sistema Teresa Puzzi Nicolau, 46, tenta sempre conversar com os dois filhos sobre um limite para o uso da rede, mas diz que a tarefa não é fácil.

“Me preocupa muito o tempo que meus filhos ficam na internet. Há dois anos, o acesso era limitado apenas aos finais de semana ou à noite, mas hoje tento estabelecer o tempo máximo de duas horas por dia, mesmo sabendo que isso não está sendo seguido. Já pensei até em bloquear o acesso deles no período em que trabalho, mas ponderei que isso traria

problemas em relação a pesquisas e deveres que eles têm que fazer para a escola.”

A filha de Teresa, Andréa Nicolau, 14, admite que fica bem mais do que duas horas por dia na Internet. Segundo seus cálculos, são mais ou menos sete horas por dia, principalmente usando o Messenger e o Orkut.

O mesmo dilema sobre o tempo de uso da internet pelos jovens foi enfrentado pelo comerciante Sérgio Pinho, 57. Seu filho, Maurício Pinho, 16, usa a rede mundial de computadores somente de sexta a domingo. “Estabeleci isso porque, se ele ficar só na frente do computador, acaba não fazendo mais nada no dia. Quero que ele faça outras coisas no dia dele”, afirma o pai.

Além de inacessível, internet não desperta interesse de mais pobres

DA REPORTAGEM LOCAL

A disseminação de LAN houses e a instalação de computadores com acesso à internet em escolas, centros culturais e associações vêm propiciando a mais e mais paulistanos o uso da rede. Mas isso, não necessariamente, tem despertado o interesse dos cidadãos.

A frentista Sueli Ferreira, 30, não tem acesso à internet e não sente falta dela. “Nunca fiz curso, não sei usar, não tenho computador”, diz. Mas, conta, se tivesse necessidade de usar a rede mundial de computadores, poderia ir a uma LAN ou a um centro cultural.

O vendedor Nelson Gomes jamais usou a internet. Se quisesse, diz, poderia

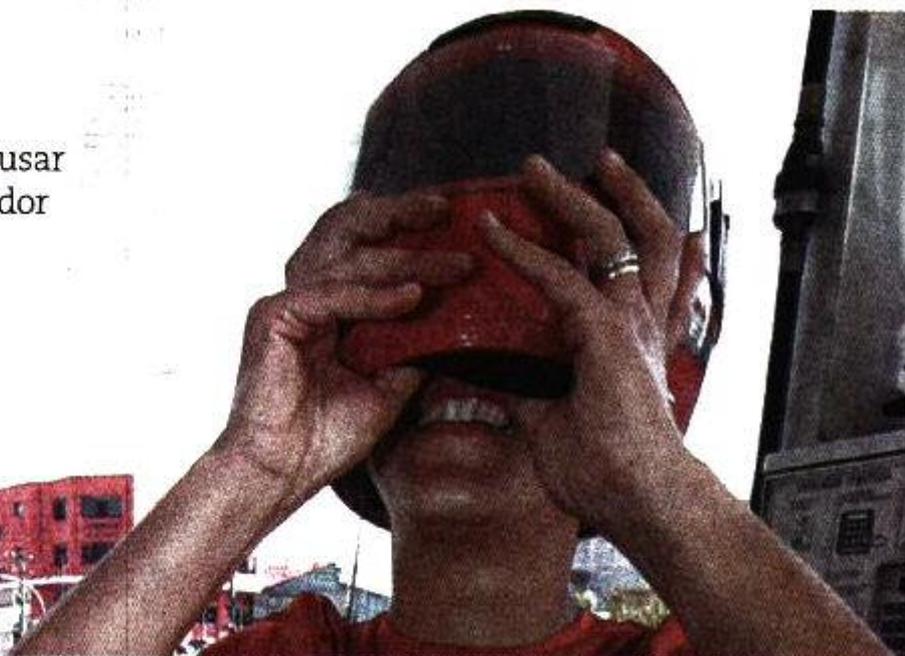
acessar a rede na casa de amigos. “Mas nunca me interessei.” Preocupado com a educação dos filhos, de dois e sete anos, o vendedor pensa atualmente em adquirir um computador e tomar contato com a rede, mas ainda sem grande empolgação.

Ricardo Augusto, 30, funcionário de um lava-rápido na Vila Nova Cachoeirinha (zona norte de SP), não tem computador, e nunca esteve em uma LAN house. “Não tenho o que procurar”, diz ao questionado sobre sua relação com o mundo virtual. Outro “desinteressado” no assunto é o aluno do terceiro ano do ensino secundário Gabriel Paixão, 17. “Não sou muito chegado [à internet].” Gabriel vendeu recentemente o seu computador.



Nunca fiz curso, não sei usar
a internet, não tenho computador

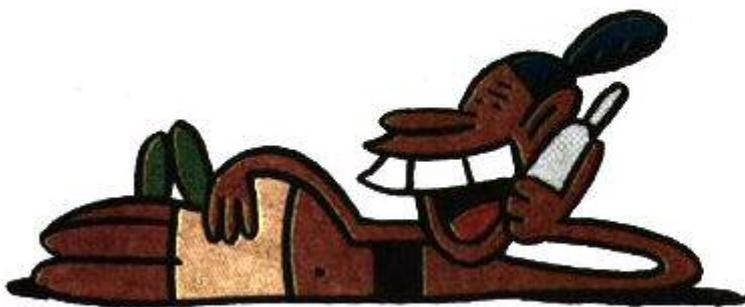
SUELI FERREIRA, 30
não acessa a Internet



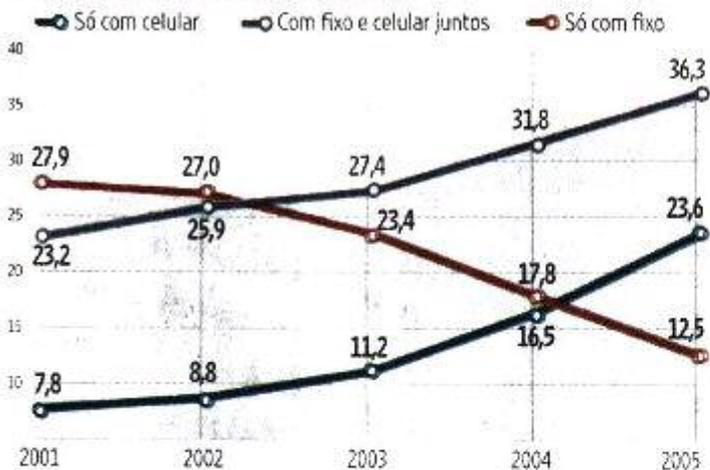
A frentista Sueli Ferreira, que, como 79% da população brasileira, não tem acesso à internet, declara não sentir falta dela

CELULAR X FIXO

Telefone móvel está mais presente nas casas dos brasileiros



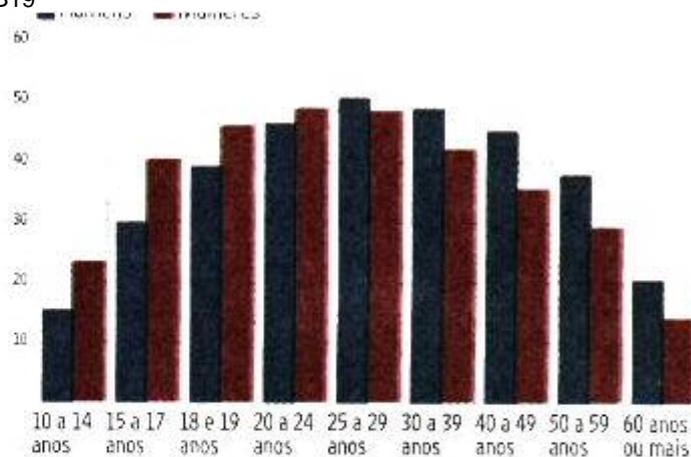
Domicílios com telefone, em % do total



MULHERES MAIS NOVAS E HOMENS MAIS VELHOS TÊM MAIS CELULAR

Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que possuíam celular segundo a faixa etária e o sexo

■ Homens ■ Mulheres



10,4%
das pessoas com 10 anos ou mais e renda domiciliar per capita de até 25% do salário mínimo tinham celular em 2005

82,1%
era o percentual das pessoas que tinham celular na faixa de mais de cinco salários mínimos de rendimento familiar per capita

Fonte: Proad/IBGE